

Petrobras aprova dividendo de R\$24,7 bi, mas planeja mudar distribuição de lucro

Petróleo Estatal, que pagará R\$ 24,7 bi, vai estudar revisão no plano estratégico e recompra de ações

Petrobras mantém dividendo, mas aponta mudança

Fábio Courto, Rafael Rosas, Kariny Leal e Juliana Schincariol Do Rio

A decisão do conselho de administração da Petrobras de aprovar o pagamento de R\$ 24,7 bilhões em dividendos mostra a dificuldade do governo de mudar rapidamente a regra de remuneração aos investidores da petroleira, embora esteja claro que a União, controladora da empresa, não desistiu de fazer a alteração. O anúncio nesta quinta-feira (11) veio em linha com o que vinha sendo distribuído pela estatal aos seus acionistas, sendo o governo o maior deles. Caberá à União R\$ 9 bilhões do montante que será pago pela empresa em duas parcelas relativas ao lucro do primeiro trimestre, que foi R\$ 38,16 bilhões (ver abaixo) — R\$ 7,08 bilhões serão transferidos diretamente à União e o restante via participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, crítico dos dividendos da companhia, teria pedido a Jean Paul Prates, presidente da empresa, para fazer as mudanças aos poucos. Interlocutores avaliam que essa é uma posição "cômica" para o governo, pois permite dizer que existe uma política de pagamentos aos acionistas que não pode ser rasgada, embora esteja claro que Lula e Prates querem mudá-la.

A avaliação do governo sobre o tema também não parece ser única: a Fazenda se beneficia pelo alto dividendo da Petrobras, uma vez que ajuda a fechar as contas do governo, mas a ala política do Planalto e o PT criticam a distri-

R\$ 9 bi
Será a parcela destinada à União

buição desconsiderando, justamente, que a União é uma das principais beneficiárias. "É conveniente para o Haddad [Fernando, ministro da Fazenda]", disse uma fonte próxima à empresa.

A avaliação é que o dividendo da Petrobras no segundo trimestre já poderá ser limitado. No próprio fato relevante que detalhou o pagamento da remuneração, a estatal informou que seu conselho de administração determinou à diretoria executiva que faça um "aperfeiçoamento" da política de remuneração aos acionistas. Aperfeiçoar, em bom português, significa mudar, alterar essa política. O estudo deve ser submetido à deliberação do conselho antes do fim de julho.

A decisão de ontem do conselho seguiu a atual regra em vigor: em caso de endividamento bruto inferior a US\$ 65 bilhões, a Petrobras deverá remunerar os acionistas com 60% da diferença entre o fluxo de caixa operacional e os investimentos. Ao fim do primeiro trimestre, o endividamento bruto da empresa era de US\$ 53,35 bilhões.

E a limitação do dividendo não deverá ser a única mudança relevante a ser implementada pela administração da companhia no curto prazo. O conselho também pediu que a diretoria-executiva elabore uma proposta de ajuste do atual planejamento estratégico 2023-2027. Além disso, o conselho deixou claro que, entre as propostas para o dividendo, será conside-

rada a possibilidade de a empresa efetuar um programa de recompra de ações, algo que, segundo a própria petroleira informou ao Valor, jamais foi feito pela companhia.

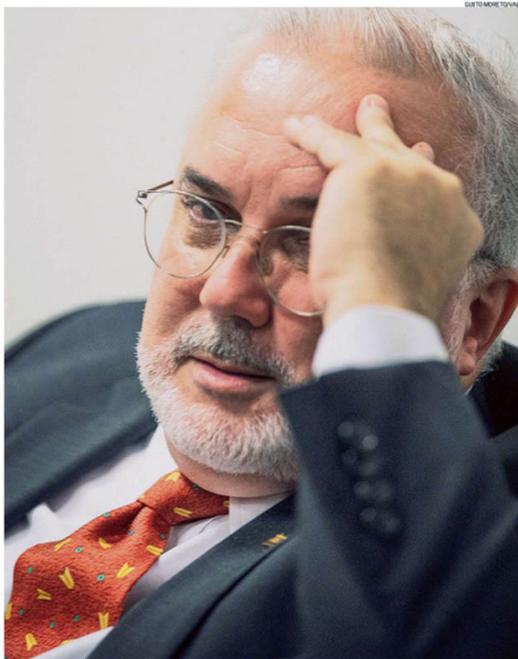
A recompra de ações é um mecanismo utilizado pelas empresas para aumentar o valor dos papéis quando há a percepção que as ações estão muito baratas. A operação tiraria papéis da Petrobras de circulação, a fim de aumentar a cotação e a liquidez.

Para a analista do Itaú BBA, Monique Greco, a nova gestão da Petrobras pode ter adiado uma mudança na política de remuneração para fazê-la junto à alteração do plano estratégico, e assim justificar a alocação do capital. "A nova gestão da estatal parece querer casar o anúncio da mudança da política de dividendos com o anúncio de alterações no plano estratégico. No fim do dia é tudo sobre como a companhia aloca capital".

Para Greco, ainda não está clara como deve ser o novo percentual de distribuição de dividendos, mas a analista espera que seja algo entre o mínimo, de 25% do lucro, e a fórmula atual. "Considerando o tamanho do resultado, há espaço para promover ampliação da alocação de capital em novos investimentos e ainda pagar mais que o mínimo", diz.

O analista da Ativa Investimentos Ilan Arbetman considerou positiva a decisão sobre os dividendos, mas frisou que, mesmo assim, permanece a incerteza sobre o que a companhia decidirá sobre o futuro da política de remuneração e do plano estratégico, o que deve trazer volatilidade para a ação.

"A Petrobras é um transatlântico. As coisas não acontecem em uma velocidade tão rápida. O con-



Analistas avaliam que gestão do CEO Jean Paul Prates não teve tempo hábil para mexer na política de dividendos

selho está recém empossado, ainda está sentindo o terreno", disse. "Ainda que o governo já tenha voado, há espaço para promover algumas práticas feitas atualmente, tem a governança que precisa ser seguida."

Ele espera que a companhia volte a pagar o mínimo obrigatório na remuneração de acionistas, que é de 25% do lucro líquido.

André Vidal, chefe de óleo, gás e materiais básicos da XP Investimentos, ressalta que, caso a recompra de ações seja implementada, "muito provavelmente" a fatia da União no capital da empresa vai aumentar. "Não parece que a União deseja vender as ações que detém", afirma.

Para ele, o principal efeito de uma recompra seria justamente o aumento das ações "ex-tesouraria" nas mãos do governo. "O mesmo vale para todos os acionistas minoritários que não venderem suas ações: aumenta o percentual 'ex-tesouraria' que detém na empresa."

Vidal endossa a tese de que o governo não mexeu agora na política de dividendos devido aos ritos de governança corporativa, com prazos que devem ser seguidos. "Não houve tempo hábil da política ter sido modificada antes da divulgação dos resultados do primeiro trimestre."

Ontem, antes de a estatal informar os dividendos, a B3 suspendeu

a negociação das ações da petroleira, pois veio a público que seriam pagos R\$ 24 bilhões. A B3 tem um manual de procedimentos que elenca algumas situações em que a suspensão pode ocorrer, e a iminência de divulgação de fato relevante é uma delas. Em situações como essas, a CVM exige que a divulgação ocorra com a maior brevidade possível. "Como algumas pessoas já estavam sabendo do pagamento de dividendos sem uma divulgação ampla ao mercado, isso gera uma assimetria de informações. É tudo o que não se quer numa hora dessas", diz o advogado Leonardo Ugatti Peres, sócio do Azevedo Santos & Ugatti Peres.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Empresas **Caderno:** B **Página:** 1